



A ESCOLA PÚBLICA ENQUANTO ESPAÇO DAS RELAÇÕES INTERACIONAIS DE SUJEITOS LGBTQIAP+

*PUBLIC SCHOOLS AS SPACES FOR THE INTERACTIONAL
RELATIONSHIPS OF LGBTQIAP+ INDIVIDUALS*

*LAS ESCUELAS PÚBLICAS COMO ESPACIOS PARA LAS RELACIONES
INTERACCIONALES DE LAS PERSONAS LGBTQIAP+*

Maria Aparecida Martins¹

Roberto Carlos Geraldo Junior²

Cirlene Cristina de Sousa³

Resumo:

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada: “tecendo narrativas do-discentes na constituição do ser aluno LGBTQIAP+”, inserida no Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, em que busca compreender o debate da tríade “gênero, juventudes LGBTQIAP+ e educação”, a partir da análise de nove artigos e dois trabalhos de estado da arte produzidos na área da educação, tendo como foco a problematização da relação entre as juventudes LGBTQIAP+ e a escola. Mais, especificamente, as memórias narradas por professores e estudantes do Ensino Médio sobre as trajetórias escolares das juventudes LGBTQIAP+. Para o presente artigo, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica dessa dissertação, realizada na base da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Google Acadêmico e Revista Educação em Foco. Essa pesquisa teve como propósito reunir artigos que pudessem contribuir em termos teóricos e metodológicos para a abordagem relacional da temática das juventudes LGBTQIAP+ na área da educação. Para tanto, usou-se os descritores: “interação, gênero, “escola, estudantes LGBTQIAP+ e juventudes”. De tal modo, observou-se que há um crescimento acerca das temáticas abordadas ao longo das últimas décadas, assim como um refinamento no debate. Ademais, o determinismo heteronormativo dentro do contexto escolar fica ainda mais evidente, reforçando o processo de normatização de corpos, sexualidades e performatividades. As considerações finais apontam que dentre os

¹ Mestre em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9171-3775>, e-mail: cidamartins082016@gmail.com.

² Mestre em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9918-0130>, e-mail: robertocjnr@gmail.com.

³ Doutora em Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3086-8081>, e-mail: cirlene.sousa@uemg.br.

artigos analisados, o conceito de gênero é central e a metodologia da etnografia ganha destaque. Os artigos trazem como problematização as relações de gênero e o ser jovem na escola; a rede pública de educação como recorte central de análise; a escola como ambiência fundamental para a problematização e democratização do debate gênero e educação; a formação docente como urgência e as juventudes LGBTQIAP+ como sujeitos e não como objetos da pesquisa.

Palavras-chave: Escola; Gênero; Interação; Juventudes LGBTQIAP+.

Abstract:

This article is part of the master's research entitled "Weaving Student Narratives in the Constitution of Being an LGBTQIAP+ Student," part of the Graduate Program in Education and Human Development at the State University of Minas Gerais. The research seeks to understand the debate surrounding the triad "gender, LGBTQIAP+ youth, and education." It analyzes nine articles and two state-of-the-art papers produced in the field of education, focusing on the problematization of the relationship between LGBTQIAP+ youth and school. More specifically, it focuses on the memories narrated by high school teachers and students about the educational trajectories of LGBTQIAP+ youth. This article uses bibliographic research from this dissertation, conducted in the databases of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPED), Google Scholar, and the journal *Educação em Foco*. This research aimed to gather articles that could contribute theoretically and methodologically to a relational approach to the topic of LGBTQIAP+ youth in education. To this end, the descriptors used were: "interaction, gender," "school, LGBTQIAP+ students, and youth." Thus, it was observed that there has been growth in the topics addressed over the last few decades, as well as a refinement in the debate. Furthermore, heteronormative determinism within the school context becomes even more evident, reinforcing the process of standardizing bodies, sexualities, and performativities. The final considerations indicate that among the articles analyzed, the concept of gender is central, and the ethnographic methodology is highlighted. The articles problematize gender relations and being young in school; the public education system as a central focus of analysis; the school as a fundamental environment for problematizing and democratizing the debate on gender and education; teacher training as an urgent matter; and LGBTQIAP+ youth as subjects, not objects, of research.

Keywords: School; Gender; Interaction; Youth LGBTQIAP+.

Resumen:

Este artículo forma parte de la investigación de maestría titulada "Tejiendo Narrativas Estudiantiles en la Constitución de la Ser un Estudiante LGBTQIAP+", del Programa de Posgrado en Educación y Desarrollo Humano de la Universidad Estatal de Minas Gerais.

La investigación busca comprender el debate en torno a la tríada "género, jóvenes LGBTQIAP+ y educación". Analiza nueve artículos y dos artículos de vanguardia producidos en el campo de la educación, centrándose en la problematización de la relación entre los jóvenes LGBTQIAP+ y la escuela. Más específicamente, se centra en las memorias narradas por docentes y estudiantes de secundaria sobre las trayectorias educativas de los jóvenes LGBTQIAP+. Este artículo utiliza la investigación bibliográfica de esta tesis, realizada en las bases de datos de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación (ANPED), Google Académico y la revista *Educação em Foco*. Esta investigación tuvo como objetivo recopilar artículos que pudieran contribuir teórica y metodológicamente a un enfoque relacional del tema de los jóvenes LGBTQIAP+ en la educación. Para ello, se utilizaron los descriptores: "interacción, género", "escuela, estudiantes LGBTQIAP+ y jóvenes". Así, se observó un crecimiento en los temas abordados en las últimas décadas, así como un refinamiento del debate. Además, el determinismo heteronormativo en el contexto escolar se hace aún más evidente, reforzando el proceso de estandarización de cuerpos, sexualidades y performatividades. Las consideraciones finales indican que, entre los artículos analizados, el concepto de género es central y se destaca la metodología etnográfica. Los artículos problematizan las relaciones de género y la juventud en la escuela; el sistema educativo público como foco central de análisis; la escuela como entorno fundamental para problematizar y democratizar el debate sobre género y educación; la formación docente como asunto urgente; y a los jóvenes LGBTQIAP+ como sujetos, no objetos, de investigación.

Palabras clave: Escuela, Género, Interacción, Juventud LGBTQIAP+.

Introdução

Neste artigo, objetiva-se compreender o debate da tríade “gênero, juventudes LGBTQIAP+ e educação”, a partir da análise de nove artigos e dois trabalhos de estado da arte produzidos na área da educação. Trabalhos esses selecionados de uma revisão bibliográfica sobre a mesma temática que fora realizado na pesquisa de dissertação de mestrado, intitulada: “Tecendo narrativas do-discentes na constituição do ser estudante LGBTQIAP+”. Antes de adentrar na compreensão dessa tríade, é importante destacar que a revisão bibliográfica é fundamental no processo de desenvolvimento de um trabalho científico.

Em se tratando da dissertação de mestrado, tal revisão possibilita ao pesquisador acessar o estado da questão do seu objeto de investigação e como tal questão se encontra problematizada em sua área de conhecimento. Além disso, a revisão bibliográfica possibilita uma segurança teórico-metodológica para os iniciantes na pesquisa acadêmica, já que ela permite um aprofundamento de determinados conceitos, uma radiografia do tema em questão e das metodologias nelas apresentadas. Ademais, esse tipo de revisão ajuda o pesquisador a compreender as lacunas sobre o tema investigado em sua área de atuação. Tendo presente a importância desse tipo de pesquisa, são destacados a seguir alguns passos importantes na sua realização.

1 Iniciando uma pesquisa bibliográfica

Um dos elementos centrais para uma revisão bibliográfica se faz em torno das bases a serem investigadas. Para tanto, é importante considerar a cientificidade dessas bases e o reconhecimento delas dentro da área de investigação, no caso do presente artigo a educação. Para nosso trabalho, selecionamos o repositório de trabalhos científicos da ANPED, Google Acadêmico e revista *Educação em Foco*.

Após a definição dessas bases, elencamos os descritores, as palavras-chave para acessarmos o material bibliográfico, quais sejam: gênero e escola, Juventudes LGBTQIAP+, educação, entre outros. Com esses descritores, tivemos acesso a um total de 36 artigos e dois trabalhos de estado da arte sobre a tematização investigada. Desses trabalhos, 18 foram encontrados na página da ANPED, no Grupo de Trabalho - GT23 (Gênero, sexualidade e educação). 15 artigos foram selecionados da base Google

Acadêmico e quatro artigos foram encontrados no repositório da revista Educação em foco.

Em seguida, procedemos à análise dos resumos desse material para selecionarmos aqueles que traziam como sujeitos da pesquisa, estudantes LGBTQIAP+. Do total desses trabalhos, 11 artigos foram recortados para serem lidos na íntegra. Ao final desse segundo momento de leitura, nove trabalhos compuseram o material explorado em nosso artigo. A seguir, pontuamos um pequeno quadro, com o título e a autoria desses trabalhos, a saber:

Quadro 1 - Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento

Título	Autor(a)
"Nunca falaram disso na escola: um debate com jovens sobre gênero e diversidade"	Juliano Bonfim e Marcos Ribeiro Mesquita (2020).
"Relações de gênero no recreio escolar: brinquedos e brincadeiras, construções sociais"	Pedro Paulo Souza Rios, Afrancio Ferreira Dias e André Ricardo Lucas Vieira (2020)
"Não vamos andar com ele não, vai que isso aí é contagioso: sexualidade e igualdade na escola"	Viviane Kallen Carvalho de Batista Reis (2019).
"Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro"	Ana Paula Mendes de Miranda e Boris Maia (2017).
"As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia"	Felipe Bastos (2017).
"Diversidade sexual na prática de professores/as de ciências: da polêmica ao (re)conhecimento escolar"	Felipe Bastos (2015)
"Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento"	Marco Antônio Torres, Izabella Marinho Martinho Saraiva e Rubens Modesto Gonzaga.
"Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento."	Graça Aparecida Cicillini e Neil Franco. (2015)
"Contradições entre projetos e práticas anti-homofóbicas no contexto escolar. "	Marcio Caetano; Mary Rangel e Nilcelio Sacramento de Sousa. (2021)

Quadro 1 – Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Após essas três fases de coleta, fizemos a interpretação teórico-metodológico de cada um dos artigos, procurando compreender como a relação gênero, escola e juventudes LGBTQIAP+ estavam ali dispostas.

De forma geral, observamos que nos nove artigos, os autores e autoras se preocuparam em contextualizar a situação da população LGBTQIAP+ no cenário atual do Brasil, governado pela extrema direita. Via tal governança, políticos e grupos conversadores passam a publicizar, a incentivar ações e projetos que fragilizavam ainda mais os modos de ser e de viver da população LGBTQIAP+. Alguns pesquisadores e pesquisadoras destacam os discursos de ódio desses políticos e como tais discursos estimularam violências contra essas pessoas, principalmente, contra as juventudes LGBTQIAP+. Diante desse quadro histórico, os autores e autoras evidenciam como as pesquisas acadêmicas sobre a relação gênero e educação são fundamentais para as lutas e os enfrentamentos da LGBTfobia, da transfobia e de tantas outras violências em nosso país.

Outro ponto importante de destaque que os trabalhos analisados evidenciam é a complexidade da instituição escolar na vida e nas trajetórias escolares das juventudes LGBTQIAP+. Se por um lado, a instituição escolar pode promover ou contribuir com ações ou atitudes de discriminação contra essa população, colocando-se como uma ambiência governamental representante natural da heteronormatividade. Por outro, a escola é notada como uma ambiência em que a problematização das questões de gênero, da sexualidade contribuem para que as juventudes tenham mais acesso ou a chance de compreender de forma mais crítica os debates sobre gênero, sobre sexualidade, sobre humanização ou desumanização dos sujeitos que a ela chegam e da sociedade da qual ela faz parte.

Nessa perspectiva de uma escola mais humanizadora, a formação de professores é um outro debate que se coloca na produção dos trabalhos científicos aqui analisados. Problematisa-se os cursos de licenciatura, apontando as lacunas curriculares em torno do debate sobre gênero e sexualidade e sobre o ser jovem.

Em termos teóricos e metodológicos, os artigos analisados trazem uma discussão sobre a historicização do conceito de gênero e sua importância para as pesquisas sobre as juventudes LGBTQIAP+, quatro autoras ganham relevância para essa conceituação, a saber: Judith Butler, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Guacira Louro. Em termos metodológicos, destacou-se nesses trabalhos, a pesquisa de natureza qualitativa, etnográfica e narrativa.

Para aprofundarmos as questões notadas nesse quadro mais geral, dividimos o presente artigo em 4 eixos, quais sejam: 1) Vinculações metodológicas no debate de gênero, escolas e juventudes LGBTQIAP+; 2) O conceito de gênero nas pesquisas; 3) Ambiência escolar – rede pública de ensino; e 4) Formação de professores. Por fim, apresentamos as considerações finais. A seguir, procedemos com a descrição do primeiro eixo.

Vinculações metodológicas no debate de gênero, escolas e juventudes LGBTQIAP+

Metodologicamente, todos os trabalhos acadêmicos analisados se apresentaram como pesquisas qualitativas, com destaque para a pesquisa etnográfica, com apropriação dos métodos de observação e de entrevistas. A relação do ambiente escolar com estudantes LGBTQIAP+ foi recorte em todas as pesquisas analisadas. Nesse sentido, a escola foi o

cenário espacial privilegiado. E dentro desse cenário, os sujeitos acionados foram jovens LGBTQIAP+, professores e outros estudantes.

Ao justificarem a escolha etnográfica para a realização de suas pesquisas, os autores e autoras acionam importantes debates sobre o vínculo da área da educação com a pesquisa etnográfica, sobre a relação etnografia e antropologia e a importância dessa relação para se compreender a presença da população LGBTQIAP+ no ambiente escolar. Com a etnografia, essa presença é notada mais do que biologia, mas como biografia, como narrativa e como interações conflituosas e complexas. A etnografia permite compreender com mais intensidade as contradições escolares dos processos de humanização e desumanização que se fazem presentes no cotidiano escolar. Além disso, nesse processo de observação etnográfico é possível investigar com mais intensidade a interação social na escola, as temáticas das normas, valores, comportamentos, ideologias, vinculações, as dimensões e disputas políticas dos currículos escolares e os sentidos e significados das experiências escolares nas trajetórias das juventudes LGBTQIAP+.

A dimensão etnográfica permitiu que pesquisadores e pesquisadoras descrevessem e compreendessem de forma mais complexa os conflitos vividos pelos sujeitos escolares na abordagem da relação entre gênero, escola e juventudes LGBTQIAP+. Portanto, a etnografia é uma metodologia relevante para estudos acadêmicos que se interessam pelo processo de interação das juventudes LGBTQIAP+ no interior da escola, sobre os conflitos aí vividos, sobre ações discriminatórias ou de resistências, sobre amizades e formação de grupos entre alunas e alunos LGBTQIAP+; sobre o papel da docência e da gestão escolar na problematização da relação entre escola, gênero e juventudes LGBTQIAP+. Um elemento importante a se destacar é o uso da etnografia *online* em algumas pesquisas. Em tais trabalhos, pesquisadores e pesquisadoras se valeram da coleta, da observação, da interpretação da temática investigada em redes sociais. Para além da observação, é preciso destacar o uso de entrevistas semiestruturadas e/ou narrativas.

A seguir abordaremos como nos nove artigos analisados, os autores e autoras se valeram do conceito de gênero para orientarem suas problemáticas de pesquisa.

2 O conceito de gênero nas pesquisas

Em todos os artigos analisados, observa-se uma preocupação primeira com a explicação da sigla LGBTQIAP+, a saber: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuados, Panssexuais e + (mais) são outras formas de performatividades⁴ que virão a ser. Cada uma dessas palavras significam um posicionamento e uma afirmação identitária. Dessa sigla veio os neologismos, LGBTfobia, lesbofobia, transfobia, modos de negação dos modos de ser das pessoas LGBTQIAP+. As vidas dessas pessoas são negadas

⁴ Performatividade é um ato, uma maneira como a pessoa se veste, anda e se comportar para ser aceita na sociedade (cf. BUTLER, 2013).

como justificativa de que elas se afastam da cisheteronormatividade⁵ como afirma Torres *et al.* (2020). O aparecimento desses neologismos veio problematizar a categoria “homofobia”, alvo de intensas críticas pelos movimentos sociais de lésbicas, travestis e transexuais com o argumento de que apenas as violências sofridas por homens gays eram visibilizadas, daí se cria a categoria “LGBTfobia” como afirma Rangel *et al.* (2021) em seus estudos.

Para além dessa problematização da sigla LGBTQIAP+, o conceito de gênero e de diversidade sexual tem um espaço importante na escrita dos artigos analisados. Nota-se uma preocupação em explicar a origem do tema, a importância do movimento feminista na elaboração do conceito de gênero e como esse conceito se transforma em um dispositivo útil para se repensar as diferenças sociais e de poder que marcam as vivências e os modos de ser de diferentes sujeitos/as (BONFIM; MESQUITA, 2020). Para isso, Joan Scott, Guacira Louro, Simone de Bouvoir e Judith Butler são as autoras mais citadas.

Bonfim e Mesquita (2020), utilizam-se dos trabalhos de Scott para explicar que o termo gênero foi utilizado pelas feministas americanas no começo do movimento feminista com o objetivo de chamar atenção para as distinções sociais baseadas no sexo. Tal conceito serviu para denunciar a naturalização das diferenças biológicas e problematizar as desigualdades entre homens e mulheres. Também utilizando-se da autora Scott, Rios *et al.* (2020) destaca que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças biológicas e físicas entre os sexos que dá significado e compreensão entre os seres humanos como uma construção social estabelecida dentro de uma cultura.

A partir de Judith Butler, Bonfim & Mesquita (2020) destacam a distinção entre sexo e gênero e estabelece o gênero como norma, uma construção social que carrega significados sobre os corpos sexuais. Assim nenhuma distinção poderá ser determinada, mesmo que haja ações sociais que sustentam relações desiguais e hierárquicas que encontram respaldo nas diferenças sexuais.

Os trabalhos de Guacira Louro sobre gênero também ganham destaque nas pesquisas sobre gênero e escola. Segundo RIOS *et al.* (2020), tal autora entende que a construção dos gêneros e das sexualidades se dá por diferentes processos de aprendizagens e práticas em instâncias sociais e culturais que envolvem instituições como família, igreja e escola que reproduzem a supremacia de uma sociedade conservadora e patriarcal. Dessa forma, o conceito de gênero é considerado como uma variável expressiva para se compreender alguns conflitos no interior da escola, já que essa instituição social tem uma importância pedagógica e social no processo de construção das identidades e das relações sociais de crianças e jovens, como nos lembra Miranda e Maia (2017).

Para além da questão de gênero, um outro elemento central nos artigos analisados se dá em torno do papel da instituição escolar no debate de gênero, como notaremos a seguir.

⁵ A cis-heteronormatividade inclui a ideia de que existe apenas um jeito certo de existir (heterossexual, cis, etc.). Isso traz consequências negativas para a vida de grande número de pessoas, já que os seres humanos são diversos e muitos não se encaixam nesse modelo (cf. Carvalho, 2018).

3 Ambiência escolar – rede pública de ensino

Nas pesquisas realizadas, a escola é notada como uma instituição complexa e repleta de contradições e conflitos. Lugar humanizador e desumanizador quando o foco é a presença das juventudes LGBTQIAP+ nessa ambiência educativa. E como é fundamental compreender as pedagogias desumanizadoras e/ou pedagogias necrófilas, para compreendermos a complexidade da educação básica e/ou desnaturalizar a relação escola e humanização. O destaque de todos esses trabalhos se deu em torno da rede pública de ensino⁶.

No trabalho de Miranda e Maia (2017), a escola é apresentada como uma instituição social relevante na definição das identidades estudantis. A escola é notada como um espaço democrático, tensionado pelas diferenças e pelas desigualdades de gênero, de raça, de classe que chegam a ela com seus sujeitos e suas sujeitas escolares, sejam eles estudantes, professores, coordenadores pedagógicos, gestores, entre outros e outras.

Os autores nos lembram de que nos últimos anos têm chegado à escola, juventudes que antes não chegavam, como as juventudes *trans*. E esse novo cenário exige um processo de compreensão da complexidade dos modos de ser, de viver e de se comunicar das juventudes brasileiras. Nesse sentido, há uma crítica sobre o entendimento do conceito de juventude no singular que perpassa os currículos ou as relações escolares. As pesquisas apontam para a urgência em se pensar as pluralidades nos modos de ser de jovens brasileiros.

No artigo de Reis (2019), a escola é compreendida como uma instituição de poder, lugar de contradições, de socializações, de interações, de conquistas e conflitos, de afetos e violências. Entre tais situações de conflitos, coloca-se a problematização da relação gênero, sexualidade e trajetórias dos estudantes LGBTQIAP+. Chama-se atenção para o fato de que a ideia romantizada de que a escola é instituição naturalmente humanizadora, acaba por minimizar os conflitos e as relações de tensões que as juventudes plurais levam para essa instituição social. E essa perspectiva de que a escola carrega em sua bagagem uma pedagogia humanizadora, impede a problematização dos processos de desumanização dos estudantes LGBTQIAP+, já que são poucas as pedagogias escolares que humanizam suas presenças. Nesse sentido, é urgente compreender a relação desumanização, pedagogia e escola.

Para Reis (2019), o fato de a escola se colocar como espaço de controle e disciplina da sexualidade e dos corpos, lugar de reprodução hegemônica da heteronormatividade, faz dela um lugar de grande conflito para os estudantes LGBTQIAP+. Segundo essa pesquisadora, a escola ainda é um repositório de tradições coloniais da história brasileira, principalmente, aquelas voltadas para a ideia do ser mulher e do ser homem via cisnormatividade, da relação gênero e religião, entre outras. Vínculos esses que acabam por impor aos sujeitos LGBTQIAP+ silenciamentos e negação de seus modos de ser, de seus gostos e vínculos afetivos. Para Reis (2019), ao não se distanciar do seu passado

⁶ Apesar da relevância dessas pesquisas, nota-se uma lacuna sobre o tema investigado no ambiente das escolas de ensino privado.

colonizador, a escola acaba por reproduzir preceitos e valores ditos como tradicionais, como o binarismo. Esse vínculo colonial faz com que, em alguns casos, a escola seja um espaço institucional que reforça a negação das diferenças manifestas na história dos estudantes que a ela chegam.

No estado da arte de Franco e Cicillini (2015), a relação entre pessoas *trans* e educação ganham destaque. Tais pesquisadores fazem notar que as pesquisas em que os sujeitos são os estudantes *trans*, as temáticas da violência, das invisibilidades, dos medos, das corporeidades e das interdições escolares ganham ênfase. Nesse sentido, se por um lado o ambiente escolar é notado como espaço de múltiplos saberes e conhecimentos, de interação e amizades, de socialização e de encontros, por outro lado, é notada como lugar de muitos conflitos e tensões identitárias, culturais, sociais, classistas e de gênero. Um lugar bastante desafiador para a população juvenil LGBTQIAP+ que enfrenta situações de discriminações e violências simbólicas e físicas nas várias instituições sociais, entre elas a escola, como ficou evidenciado nos vários trabalhos analisados por Franco e Cicillini.

Nesse mesmo sentido, como apontam Miranda e Maia (2017), a instituição escolar tem grande influência na delimitação das identidades de gêneros, o que pode ser observado em várias situações e organizações estruturais, tais como: nos uniformes, na divisão e na forma de proposta do uso de banheiros, na organização das atividades da disciplina da educação física, no modo como se tratam o ser menina e ser menino e, por fim, no modo como a forma de organização e uso dos espaços escolares criam situações comportamentais no uso desses espaços e na forma como os corpos juvenis devem proceder.

Nessa direção da experiência da corporeidade no ambiente escolar, Franco e Cicillini (2015) também enfatizam que desde sua fundação, a escola está voltada para o disciplinamento e ajustamento dos corpos e que nela reina os princípios da normalização do binarismo de acordo com cada sociedade em que está inserida. Essa normatização não seria algo específico da instituição escolar, mas é algo sistêmico, passa pela família, igreja e sociedade em geral. Na escola, em específico, tal poder normatizador age tanto para punir quanto para disciplinar os corpos. Essa estrutura de controle das atividades e vida dos sujeitos é denominada por Michel Foucault (2013) de biopoder. Poder esse que consiste em dominação das ações e comportamentos dos sujeitos tidos como desviantes nas várias formas de convívio coletivos. Nesse sentido, a escola seria uma instituição de poder vigilante e punitivo. Essa estrutura acaba por domesticar e tornar os corpos dóceis e disciplinados. Por isto, Reis (2019) faz notar em seu trabalho a interação das juventudes LGBTQIAP+ com a escola como algo desafiador para a educação escolar, já que nos espaços escolares há uma forte presença do padrão cisheteronormativo¹.

Na pesquisa de Bastos (2015), a escola é descrita como um lugar educativo que coloca em disputa modos de ser, de viver e de certas tradições comportamentais. Para tal pesquisador, na escola circulam saberes que são reconhecidos, tratados e legitimados em detrimento de muitos outros saberes deliberadamente ocultados na cultura escolar, como os saberes corporais das juventudes *trans*. Dentro do ambiente escolar, segundo tal

autor, os currículos são espaços de disputas. Disputas essas que a princípio deveriam ser consideradas saudáveis, mas que muitas vezes não se fazem justas para todes, todas e todos seus sujeitos e sujeitas. Por isso, que para determinadas pessoas, como para os estudantes LGBTQIAP+, a escola pode se apresentar como uma instituição opressora.

No artigo de Bonfim e Mesquita (2020), a ênfase na ideia da complexidade da instituição escolar é também abordada. Os autores destacam que nessa ambiência há muitas experiências de solidariedade, de afirmações e resistências identitárias. É na escola, segundo tais autores, que muitos estudantes têm suas primeiras vivências e diálogos sobre sexo e afetividades. É nessa ambiência, que grande parte das juventudes desenvolve capacidades para questionar normas de gênero e sexualidades, existentes na sociedade brasileira. Bastos nos lembra ao citar Perrenoud, que: “se um jovem sai de uma escola obrigatória, persuadido de que as moças, negros e muçulmanos são categorias inferiores, pouco importa que saiba gramática, álgebra ou uma língua estrangeira. A escola terá falhado drasticamente” (PERRENOUD *apud* BASTOS, 2002, p. 147).

Estende-se a essa fala, a discriminação e preconceito contra a população LGBTQIAP+ que acontece dentro e fora dos muros da escola. Por isso é urgente descolonizar os currículos escolares, para que as diferenças culturais, sociais, identidades e classistas que ali se fazem presentes e se mostrem de fato plurais.

Diante de toda essa complexidade, os trabalhos aqui analisados apontam também para o tema da resistência das juventudes LGBTQIAP+ no ambiente escolar. Tal resistência se faz via organização coletiva dessas juventudes, projetos escolares e acolhimento por parte de alguns estudantes, professores e a gestão escolar. Porém, os pesquisadores e pesquisadoras apontam que nos últimos quatro anos alguns retrocessos no campo educacional tornam tais resistências mais complexas.

Não podemos nos esquecer que neste período de 2015 a 2021, o Brasil foi governado pela direita com Michel Temer e pela ultradireita com Jair Bolsonaro. Governantes que contribuíram para esses retrocessos. No caso de Jair Bolsonaro, a situação foi mais desafiadora, já que em sua governança, os discursos de ódio contra a população LGBTQIAP+ foram bastante intensificados. É nesse mesmo período, que alguns políticos e grupos conservadores levantaram as polêmicas do que eles definiram como kit Gay e o falacioso termo e ou projeto da “ideologia de gênero” que tem suas origens na década de 1990 (BONFIM; MESQUITA, 2020) e ganha força a partir de 2014.

Essas polêmicas acabaram por mobilizar questionamentos e até mesmo retirar menções sobre a problematização de gênero e a orientação sexual dos documentos educacionais, como se nota na construção da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), publicada em 2017, no governo de Michel Temer.

Voltando um pouco no tempo, lembremos que no ano de 2011, é iniciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto “Escola sem homofobia”, lançado pelo governo federal ainda no ano de 2004. Para o desenvolvimento desse projeto foi elaborado um material didático que seria distribuído para as instituições escolares de todo o país, material que ajudariam na elaboração dessa escola sem homofobia. Sem problematizar e historicizar tal material, políticos e grupos conservadores criam polêmicas e passam a veicular a ideia do chamado kit gay e da

produção da “ideologia de gênero” no ambiente escolar. Todos os nove artigos aqui analisados problematizam como esse discurso da “ideologia de gênero” produziu um retrocesso sobre o tema de gênero e educação escolar.

Os trabalhos de Miranda e Maia (2017) e de Bonfim e Mesquita (2020) tratam desse falacioso discurso de “ideologia de gênero” e como seus idealizadores tinham como objetivo tirar da disputa curricular e documental da educação básica os debates sobre gênero, orientação sexual, sexualidade e minimizar o debate sobre as identidades plurais e sobre a democratização da escola básica.

Junto com a publicização desse discurso da “ideologia de gênero”, grupos conversadores aproveitam para colocar em pauta o chamando “projeto escola sem partido”. Os autores e autoras dos artigos analisados fazem notar essa publicização da polêmica da “ideologia de gênero” como oportunismo e tentativas de retirar a autonomia do professor e da escola na produção de uma educação básica mais democrática, já que para democratizar essa modalidade educativa é preciso colocar em pauta o conservadorismo e as vias coloniais da escola pública brasileira, como notamos no texto de Bonfim e Mesquita (2020) ao citarem que a “Ideologia de gênero é o argumento central na disputa fundamentalista pela política de educação” (LIONÇO, 2016).

Apesar desses retrocessos, o trabalho de Miranda e Maia (2017) não deixa de pontuar os avanços da relação entre educação escolar e sujeitos LGBTQIAP+. Segundo tais autores, a partir da década de 1980, houve um crescimento de pesquisas educacionais com o recorte gênero, a implantação de políticas públicas, como o “Brasil sem homofobia” e aprovações de leis que amparam o debate da diversidade sexual, como os Parâmetros Curriculares (PCNs de 1997) que tratam da sexualidade como um conteúdo transversal do currículo da educação básica. Para Franco e Cicillini (2015), os PCNs limitaram as relações de gênero ao campo da saúde, como, por exemplo, a ênfase no debate da prevenção de doenças sexualmente transmitidas. Ainda nessa perspectiva documental, as pesquisas apontam para o retrocesso da nova versão da Base Nacional Comum Curricular no Ensino Médio (BNCC, 2017). Nesta versão, orientação sexual não aparece na escrita do texto. O termo gênero aparece apenas no conteúdo da disciplina de língua portuguesa, trazendo a ideia de gênero literário.

Diante de tudo isso, os pesquisadores e pesquisadoras destacam a importância das pesquisas acadêmicas no que tange ao debate da relação gênero e escola. Para tais pesquisadores se a escola é uma das instituições sociais central na história de vida dos seus estudantes, a trajetória escolar dos alunos e alunas LGBTQIAP+, ela não pode negligenciar essa presença, já que esses estudantes já chegam à escola com os riscos e os desafios de uma sociedade LGBTfóbica, como a brasileira.

Levando em consideração que a escola é uma instituição básica, conforme elucida Bourdieu (2002), participe do processo de socialização e um espelho da sociedade, analisar as relações complexas circunscritas nesse âmbito significa refletir como os/as sujeitos/as corroboram com práticas que violam direitos elementares, tal como a condição de ser e vivenciar a sexualidade (REIS, 2019, p.2).

Se na escola, a violação de direitos pode se fazer presente, por outro lado nela há possibilidades de avançar na construção de estratégias que podem atenuar tais violações. Nela cabe a disputa por uma sociedade mais justa e menos preconceituosa, como conclui Reis (2019). Diante dessa complexidade da relação temática gênero, escola e juventudes LGBTQIAP+, os trabalhos analisados apontam para um outro desafio pedagógico, a saber: a formação de professores, a qual será explorada no próximo item.

4 Formação de professores

A formação de professores é outro fator de debate quando se trata da temática gênero e educação. Para os professores da área da Ciências da natureza, o tema da sexualidade não é um objeto estranho, pois nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), essa temática foi inserida como um dos temas transversais. Porém, essa área resumiu a temática a uma versão biologista da questão da sexualidade. Assim, não se observou avanços no debate da dimensão social, cultural, identitária e política posta nas relações de gênero e educação.

Nesse mesmo sentido, Bastos (2015) ressalta a falta do debate sobre o tema diversidade sexual na formação inicial dos professores da área de ciência e biologia, hoje área nomeada como Ciências da Natureza e suas tecnologias. Para tal autor, é importante que nos cursos de ciências biológicas avance-se o debate sobre as relações sociais de gênero. Vale ressaltar aqui que tal temática é uma questão social e dessa forma perpassa em todas as áreas de conhecimentos.

Franco e Cicillini (2015) mostram em seus estudos as dificuldades da escola em lidar com as questões de gênero e sexualidade que resultam em modelos sociais de exclusão. Os autores concluem que as publicações encontradas em seus estudos mostram a urgência de pesquisas em todos os segmentos escolares. E a docência ganha um certo destaque, apontando para a urgência da formação de professores no que diz respeito a essa relação e a sua interdisciplinaridade.

Bonfim e Mesquita (2020) ressaltam que a carência de um trabalho amplo de formação continuada. A falta de tal temática nos currículos dos cursos de licenciatura e, consequentemente, na formação docente tornam insuficientes o tratamento e/ou a problematização dessa temática no ambiente escolar. Essa insuficiência acaba por deixar professores e professoras inseguros para trabalhar com a temática de gênero no chão da escola e avançar no debate sobre escola e desumanização, escola e humanização. Nessa mesma linha de pensamento, Reis (2019) fala da necessidade de um olhar diferenciado para a formação e capacitação dos professores para que esses possam desconstruir a ideia essencialista e religiosa das identidades. Segundo tal autora, um professor bem formado no debate de gênero, pode contribuir para aprendizagens escolares mais igualitárias e inclusivas. Os professores são considerados sujeitos centrais para o acolhimento de estudantes LGBTQIAP+ que chegam ao chão da escola hoje.

Tal acolhimento passa a ser um desafio teórico-metodológico para tais profissionais da educação, já há entre os estudantes contemporâneos, sujeitas e sujeitos diversos que

antes não chegavam à escola de educação básica. Se essa escola e seus profissionais não foram preparados para recebê-los e recebê-las, a educação para a diversidade não será possível, se não se diversifica a formação docente, não é possível que o currículo escolar seja mais libertário e plural e que os sujeitos e sujeitas que nela se encontram sejam formados para se reconhecerem como sujeitos de direitos.

Considerações finais

Ao que se refere ao objetivo deste artigo, a saber, compreender o debate da tríade “gênero, juventudes LGBTQIAP+ e educação”, a partir da análise de artigos e trabalhos de estado da arte produzidos na área da educação, pode-se notar o desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e debates importantes na área da educação. Primeiro, os autores e autoras revelam que há um crescimento sobre tais temáticas nas últimas décadas. Os artigos analisados trazem contribuições teóricas e metodológicas para essa área de conhecimento, como notamos na preocupação dos autores e autoras com o debate teórico-conceitual de gênero, de gênero e documentos educacionais, gênero e sexualidade, gênero e juventudes.

Um outro elemento importante dos trabalhos analisados foi quanto a visibilidade dada ao coração da escola, entende-se: a docência e a discência. O fato de professores e estudantes serem os sujeitos pesquisados abre caminhos para um conhecimento menos biologizante das questões de gênero, para um conhecimento mais biográfico dos modos de ser e de viver que as relações de gênero comportam. Nesse sentido, essas pesquisas alinham consideráveis contribuições à discussão sobre as relações de gênero vivenciadas no contexto escolar que é visto na maioria dos trabalhos como lugar substancial de reprodução do determinismo heteronormativo e, conseqüentemente, lugar onde se reproduz o preconceito e discriminação contra as pessoas LGBTQIAP+. Ficou evidente também, que a escola é o lugar principal que delimita o controle dos corpos e que nela ainda circula um forte processo de normatização de modelos de masculinidades e feminilidades tidos como coloniais.

Mas é na escola, também, que a possibilidade de debater esses temas no sentido de se conscientizar para a humanização das relações de gênero ganha relevância nas pesquisas. Porém, tal processo humanizador somente será possível se a escola enfrentar e disputar no seu cotidiano, pedagogias menos necrófilas e desumanizadoras. A escola, seus sujeitos e os gestores públicos precisam compreender que desumanizações chegam à escola com os seus estudantes, já que esses não deixam suas histórias do lado de fora dos portões escolares. Por isso, faz-se necessário, a educação escolar compreender de forma mais pedagógica o processo de desumanização das juventudes brasileiras que chegam à escola pública.

Dentro do espaço temporal da pesquisa bibliográfica, que compreendeu o período entre 2015 e 2021, a escola pública ganha relevância nos estudos e observações. Vista como lugar disciplinador e ajustador dos corpos dentro de uma cultura controlada pelas veias heteronormativas que ainda não se desvencilhou totalmente de suas veias coloniais: sexismo, machismo, LGBTfobia, patriarcalismo, conservadorismo, entre outras. Mas é na escola que se inscreve as possibilidades de os sujeitos LGBTQIAP+ vivenciarem a experiência de saber-se pessoas de direito.

Assim entrar no universo da relação gênero e escola é entrar no debate de um campo complexo, mas necessário de ser enfrentado. Por isso, a metodologia da etnografia foi notada como um recorte investigativo relevante. Pois via tal metodologia é possível compreender de forma mais complexa o ser escola, o ser juventudes LGBTQIAP+ e o ser sociedade brasileira LGBTfóbica. Com a etnografia é possível olhar não só as evidências, mas compreender as encruzilhadas. Observar as frestas, os comportamentos, as relações, as interações, as identidades, as culturas, entre outras vivências. Mais que biologia, a etnografia nos permite olhar as biografias, ou seja, a vida, os modos de ser e de conviver das juventudes LGBTQIAP+ no chão da escola. Olhar etnograficamente é olhar de forma minuciosa, olhar de forma menos viciada. Olhar em busca de um encontro, um encontro entre os sujeitos e suas vivências.

Outro ponto discutido tratou-se da formação docente, vista como uma possibilidade para se minimizar as aprendizagens LGBTfóbicas no Brasil. Professores e professoras são notados como pontes para que as práticas biófilas sobre modos de ser e de viver possam ser mais bem compreendidas. O professor tem um papel fundamental no debate sobre o respeito às diferenças. Por isso, os autores e autoras dos artigos analisados destacam a urgência no processo de formação docente. Os autores e autoras dos artigos analisados ainda nos lembram que é fundamental que os cursos de licenciatura e que a formação continuada de professores e professoras ampliem o debate sobre gênero e educação escolar. Por isso, nesses artigos, o conceito de gênero ganha um lugar central.

Tais autores e autoras não deixam de pontuar que, apesar de alguns avanços pedagógicos no tratamento e no entendimento da relação gênero e educação, há nos últimos anos muitos retrocessos. Entre esses retrocessos estão o projeto da “Escola sem Partido”, as *Fake News* sobre a relação gênero e escola, sobre “ideologia de gênero”. E por tudo isso, é de grande valia a produção de novos projetos, de novos estudos e de novas pesquisas sobre a temática aqui problematizada.

Referências

BASTOS, Felipe. **Diversidade sexual na prática de professores/as de ciências: da polêmica ao (re)conhecimento escolar.** 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro. UFSC, Florianópolis. 2015.

BASTOS, Felipe. **As distancias sociais entre escola e sujeitos homossexuais e sua interferência na percepção de homofobia**. - 01 a 05 de Outubro. São Luis/MA. 2017.GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 1171.

BONFIM, Juliano; MESQUITA, Marcos Ribeiro. **“Nunca falaram disso na escola...”**: Um debate com jovens sobre gênero e diversidade. Revista Psicologia & Sociedade, v. 32, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Orientação sexual. In: BRASIL. Ministério da Educ. ação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10, p. 107-161.

FOUCAULT, Michel. **O PANOPTISMO**. In: FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Biblioteca Nacional de Portugal. Lisboa: Edições 70, 2013. Cap. 7. p.294-336.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Universo trans e educação: construindo uma área de conhecimento. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro. UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em:

<<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/universo-trans-e-educacao-construindo-uma-area-de-conhecimento>> Acesso em: 09 Jul. 2022.

LIONÇO, Tatiana. A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 2, p. 147-156, dez. 2016 .

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MAIA, Bóris. **Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a (in)visibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 23, n. 49, p. 177-202, set./dez. 2017.

RANGEL, Mary; CAETANO, Marcio; SOUSA, Nilcelio Sacramento de. Contradições entre projetos e práticas anti-homofóbicas no contexto escolar. **Educação em Foco**: Belo Horizonte, ano 24, n. 42, p. 379 – 399, jan./mar. 2021

REIS, Vivian Kallen Batista de Carvalho. **Não vamos andar com ele não, vai que isso aí é contagioso**: sexualidade e desigualdade na escola. 4º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 2019.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; VIEIRA, André Ricardo Lucas. Relações de Gênero no Recreio Escolar: brinquedos, brincadeiras, construções sociais. **Educação em Foco**: Belo Horizonte, ano 23, n. 40, p. 273-293, mai./ago, 2020.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Marina Martinho; GONZAGA, Rubens

Modesto. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação** v. 25 e250049, 2020.

A Revista Interdisciplinar Sulear declara que os(as) autores(as) são responsáveis pela revisão textual, tanto da Língua Portuguesa, das línguas estrangeiras e das normas e padronizações vigentes.

Recebido em: 27/7/2024

Aprovado em: 10/9/2025